

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1011861-24.2017.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**
Requerente: **Sebastião Barbosa de Freitas Filho**
Requerido: **Banco do Brasil S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor se volta contra descontos lançados em sua conta salário para a quitação de empréstimo junto ao réu que refutou ter contraído.

Almeja ao ressarcimento da quantia debitada e dos danos morais que experimentou.

As preliminares arguidas pelo réu em contestação não merecem acolhimento.

Com efeito, a realização de perícia – cuja natureza inclusive não restou perfeitamente delineada – é prescindível para a solução do litígio, como adiante se verá.

Já os benefícios da assistência judiciária (**que nesse ato defiro ao autor**) estão alicerçados no documento de fl. 08, nada havendo de objetivo a contrapor-se ao mesmo para evidenciar que o autor reúne condições de fazer frente aos encargos do processo.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Rejeito as prejudiciais suscitadas, pois.

No mérito, o réu assinalou na peça de resistência que não incorreu em qualquer espécie de falha, além de observar que não seria crível que o autor aguardasse por dois anos para notar a irregularidade que trouxe à colação.

Conquanto o réu não tenha declinado a origem dos descontos em apreço, o documento de fls. 13/14 denota que derivaram de Crédito Direto ao Consumidor celebrado pelo autor em posto de autoatendimento.

Ele, porém, deixou claro que não contraiu o empréstimo.

Assim posta a matéria discutida, reputo que tocava ao réu fazer prova da regularidade da transação aludida, seja em face do que dispõem os arts. 6º, inc. VIII, do Código de Defesa do Consumidor (mencionado expressamente no despacho de fl. 88) e 373, inc. II, do Código de Processo Civil, seja porque seria inexigível ao autor a demonstração de fato negativo.

Aliás, o Colendo Superior Tribunal de Justiça já se manifestou nesse sentido ao apreciar hipótese semelhante à dos autos:

"DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. SAQUES SUCESSIVOS EM CONTA CORRENTE. NEGATIVA DE AUTORIA DO CORRENTISTA. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. É plenamente viável a inversão do ônus da prova (art. 333, II do CPC) na ocorrência de saques indevidos de contas correntes, competindo ao banco (réu da ação de indenização) o ônus de provar os fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito do autor. Incumbe ao banco demonstrar, por meios idôneos, a inexistência ou impossibilidade de fraude, tendo em vista a notoriedade do reconhecimento da possibilidade de violação do sistema eletrônico de saque por meio de cartão bancário e/ou senha. Se foi o cliente que retirou o dinheiro, compete ao banco estar munido de instrumentos tecnológicos seguros para provar de forma inegável tal ocorrência. Recurso especial parcialmente conhecido, mas não provido." (STJ - REsp 727.843/SP, 3ª Turma, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, j. em 15.12.2005).

Outrossim, é certo que a comprovação a cargo do estabelecimento bancário haverá de ser consistente, porquanto *"sem prova segura em sentido contrário, fica mantida a responsabilidade objetiva que deve recair sobre aquele que auferir benefícios ou lucros na atividade que explora (teoria do 'ubi emolumentum', 'ibi onus')"* (TJ-SP, Embargos Infringente nº 7134308-5/01, 24ª Câmara de Direito Privado, rel. Des. GIOIA PERINI, j. 06/03/2009).


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Nesse contexto, o tipo de prova que se exige em tais situações – independentemente de sua natureza – precisará ser forte o bastante para conduzir a juízo de convicção seguro sobre o titular do benefício ter concretizado a operação que se impugna.

Como exemplo, a filmagem por câmeras de vídeo (que ganha especial importância no caso porque tudo se teria passado em terminal de autoatendimento do réu) já foi invocada como apta a propósito em v. acórdão do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, do qual se extrai:

*“Nesse sentido, vale assinalar que o ônus da prova competia exclusivamente ao requerido, conforme estabelece o Código de Defesa do Consumidor, em seu artigo 6º, inciso VIII, e de acordo com o artigo 14 e parágrafos, do mesmo diploma legal, a responsabilidade do fornecedor por fato do serviço é objetiva, apenas podendo ser afastada caso comprovada a inexistência do defeito na prestação do serviço ou a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro. No presente caso, nota-se que o Banco omitiu-se quanto à comprovação de que de fato os saques em questão foram efetuados pela própria autora, fato que o requerido poderia provar, visto que possui os meios necessários para tanto. Aliás, a instituição financeira tem todo o meio necessário para análise da conta da autora, e inclusive poderia apresentar os vídeos das câmeras de segurança de sua agência, na data e hora da retirada do dinheiro, até porque possui mecanismos, tecnologia e técnicos que podem perfeitamente elucidar o caso” (TJ-SP - Apelação nº 0529200-49.2010.8.26.0000, 13ª Câmara de Direito Privado, rel. Des. **HERALDO DE OLIVEIRA**, j. 09/02/2011 - grifei).*

Aplicando essas orientações à espécie vertente, a conclusão é a de que o réu não se desincumbiu satisfatoriamente do ônus de demonstrar que o autor foi o responsável pelo empréstimo versado, nada amealhando de concreto que respaldasse suas alegações no particular.

Como se não bastasse, nota-se que o réu sequer coligiu provas de que o valor solicitado (R\$ 3.723,14 – fl. 13) foi depositado na conta do autor e utilizado ao longo do tempo, bem como não indicou a realização de transações anteriores semelhantes à presente.

O único aspecto destacado pelo réu consistiu na demora do autor para perceber a falha apontada, mas isso por si só não leva à certeza de que ele contraiu o empréstimo.

A conjugação desses elementos firma a certeza de que inexistente lastro sólido a apontar o liame do autor com os fatos em pauta, de modo que à míngua de comprovação idônea sobre o tema, inclusive através dos mecanismos já assinalados (filmagens feitas por câmeras de vídeo e comparação com atos precedentes e afins), acolhe-se em parte a pretensão deduzida.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

O autor pode até mesmo ter contraído o empréstimo contra o qual se voltou, mas não há provas concretas que apontem nessa direção a sobrepor-se sobre sua negativa.

A declaração da inexistência dessa relação jurídica é portanto de rigor, condenando-se o réu em consequência à devolução dos valores descontados sob tal pretexto.

Isso permitirá a recomposição patrimonial do autor, cumprindo observar que tal montante corresponderá a R\$ 8.244,72 (R\$ 343,53 x 24, na esteira do documento de fls. 13/14).

Solução diversa aplica-se à postulação de reparação dos danos morais.

Cabia ao autor fazer prova a esse respeito (despacho de fl. 88), mas ele não se desincumbiu minimamente desse ônus porque não forneceu um indício sequer do grave abalo que teria suportado pelo evento noticiado.

As dificuldades financeiras a que foi exposto não se cristalizaram e até mesmo o largo espaço de tempo em que a situação produziu efeitos impõe ideia contrária, até porque se assim não fosse o autor bem antes alguma evidência do desconforto do autor teria surgido.

Bem por isso, não reputo configurados os danos morais.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para declarar a inexigibilidade do empréstimo referido a fls. 13/14 e condenar o réu a pagar ao autor a quantia de R\$ 8.244,72, acrescida de correção monetária, a partir dos lançamentos de débito das importâncias que a compuseram, e juros de mora, contados da citação.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 17 de abril de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**